

Capítulo 1

Inserção profissional: uma proposta de estudo singular num património fragmentado e em construção

A abordagem da inserção profissional que nos acompanhará ao longo deste livro será desenvolvida a partir de três eixos e fecundada pela sua interligação: *(i)* posições sociais; *(ii)* valores do trabalho (definidos aqui como as dimensões que se aspira atingir no ou através do trabalho) e *(iii)* avaliação que os indivíduos produzem, quer da sua situação profissional concreta, quer de si mesmos.

Neste capítulo inaugural pretende-se esclarecer o conteúdo de cada um desses vectores, tornando clara a sua articulação, conectando-os com a teoria sociológica mais ampla, explicitando os pressupostos analíticos e as questões que deles emergem e a que procuraremos responder.

Nada disso será feito sem uma incursão prévia pela problemática da inserção profissional dos diplomados do ensino superior, e pelo património analítico produzido em torno da noção de «inserção». Não se trata de propor uma deambulação exaustiva através dessa herança. Tornar-se-ia redundante, dado o conjunto de obras editadas em Portugal que procederam já a recenseamentos críticos e consistentes destas matérias (Oliveira 1998; Marques 2006; M. G. Alves, 2007; N. Alves 2008). Neles nos revemos e pouco lhes poderíamos acrescentar. Procuraremos apenas inscrever a perspectiva de estudo da inserção aqui avançada nos quadros conceptuais de abordagem com que mais se identifica e articula.

A inserção dos diplomados do ensino superior: entre o problema político e as abordagens sociológicas iniciais

Um dos aspectos mais importantes a ressaltar nas dinâmicas actuais de inserção dos jovens no *mercado de trabalho* – componente central dos processos de reprodução das sociedades produtivistas contemporâneas – prende-se, sem dúvida, com o aumento acentuado do número de indivíduos que nele ingressam dispendo de formações superiores. O fenómeno encontra-se fortemente associado a um outro, mais abrangente, e que suscita no presente mudanças profundas na estrutura social da generalidade dos países da Europa. Referimo-nos ao progressivo crescimento das *novas classes médias* e à crescente difusão de um conjunto de valores e estilos de vida que as caracterizam, manifestando-se num amplo conjunto de actividades sociais, nomeadamente na esfera do trabalho remunerado.¹

Os estudos especificamente orientados para os processos de inserção profissional dos jovens com níveis de escolarização superior não conhecem uma longa história. Desenvolveram-se apenas a partir da década de 1970, sobretudo em França, através da aplicação de inquéritos extensivos a vastas populações de licenciados.

Nesse mesmo país, uma forte implicação política, a par de uma sólida base de apoio financeiro, proporcionaram a constituição de observatórios e a aplicação de programas de estudo prolongados e

¹ Talvez seja desnecessário sublinhar que esta categoria comporta profundas diferenciações internas, cujo conhecimento ainda não foi suficientemente aprofundado pelas ciências sociais. De um modo geral a expansão das *novas classes médias* encontra-se associada a dois factores interligados. Por um lado, à progressiva incorporação do factor «conhecimento» no sistema capitalista, que se traduz na procura, por parte dos sectores público e privado da economia, de trabalhadores que tenham qualificações elevadas, na grande maioria dos casos ligados às actividades terciárias. Por outro lado, a uma pressão gerada pelos contingentes cada vez maiores de trabalhadores que detêm este género de qualificações para que sejam criados empregos compatíveis. Estas dinâmicas, como bem refere Grácio (1997, 136-137), evocando a obra de Lipset e Zeitberg, têm um impacto na mobilidade social que decorre, precisamente, «de um aumento da proporção das posições de quadros e profissões técnicas e liberais». Trata-se de uma mobilidade «induzida pela deformação da estrutura de classes» e que importa distinguir da «mobilidade de troca, de permuta entre categorias».

cimentados no tempo, com destaque para o Observatoire National des Entrées dans la Vie Active (ONEVA), inserido no célebre Centre d'Études et de Recherches sur les Qualifications (Céreq). Este investimento permitiu que, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, se tivessem produzido, no contexto francês, informações estatísticas acerca da inserção profissional, numa escala sem paralelo com a de qualquer outro país europeu (Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger 1995, 22).

Daí em diante, estas inquirições têm sofrido aprofundamentos, quer nos procedimentos metodológicos adoptados quer na produção de instrumentos padronizados, susceptíveis de facultar comparações internacionais. O exercício de standardização torna-se tanto mais relevante quanto se verifica que, actualmente, se desenvolvem estudos sobre o tema num número crescente de países, no espaço da União Europeia, EUA e Canadá.²

Entre nós, o único inquérito dirigido à globalidade dos diplomados do ensino superior foi realizado pelo Sistema de Observação de Percursos de Inserção dos Diplomados de Ensino Superior (ODES 2000; 2002), entretanto extinto, não tendo conhecido

² Segundo Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (1995), os países anglo-saxónicos teriam sido responsáveis pela introdução de uma nova vaga de estudos realizados em torno da inserção e das «mobilidades profissionais», baseados em abordagens de tipo longitudinal que implicam tratamentos de dados extremamente morosos e complexos. Desde a década de 1980 que a análise de tipo longitudinal tem vindo a adquirir um claro ascendente na análise da inserção profissional, nomeadamente nos próprios trabalhos empreendidos pelo Céreq. No que se refere à comparação de dados internacionais, mesmo considerando apenas o contexto europeu, importa salientar a dificuldade da sua concretização, quer ao nível das questões colocadas, quer das metodologias e instrumentos utilizados – considere-se a este propósito as revisões comparadas de diversas literaturas nacionais empreendidas por Jobert, Marry e Tanguy (1995) ou Hannan *et al.* (1999). Por sua vez, mais recentemente, autores como Couppié e Mansuy (2001), analisando os casos de França, Alemanha e Reino Unido, identificam as diferenças decorrentes dos distintos quadros institucionais de cada um dos países. Esta manifesta-se, desde logo, na dificuldade de construir uma noção europeia comum de «inserção profissional» (Rose, 1998; Vincens 1997 e 1998; Vernières 1997). De entre estas diferenças, destacam-se: (a) as múltiplas modalidades de organização do sistema educativo; (b) as modalidades de organização do mercado de trabalho e, finalmente, (c) o tipo de lógicas de articulação específicas entre o sistema educativo e o mercado de trabalho que se registam em cada um dos casos (Couppié e Mansuy 2001, 3). No entanto, no quadro do projecto Comparative Analysis of the Transitions from Education to Work in Europe (CATEW), os autores acabam por propor uma nova forma de análise comparada da inserção profissional dos jovens. Veja-se, a este propósito, Hannan *et al.* (1999).

qualquer continuidade.³ A caracterização dos processos de inserção profissional foi deixada totalmente a cargo das próprias escolas do ensino superior, tendo algumas delas recolhido informações sobre os percursos dos «seus licenciados» e acerca das relações entre a formação recebida nesses estabelecimentos e as funções e tarefas que os diplomados desempenham na esfera profissional.⁴

Embora a recolha deste género de informação tenha obedecido a motivações variadas – como, por exemplo, a de aferir o maior ou menor ajustamento das formações superiores à concretização do desígnio de desenvolvimento económico⁵ –, tais recenseamentos foram e continuam a ser realizados tendo, sobretudo, como pano de fundo a inquietação com as putativas crescentes dificuldades de inserção no mercado de trabalho experienciadas pelos jovens graduados, com a «síndrome do desemprego», e ainda com o propósito de monitorizar as políticas públicas de emprego, mensurando as suas consequências.⁶

No fundo, o que tais abordagens reflectem é a preocupação com a perda do valor relativo dos diplomas superiores, declínio que ameaçaria a situação de rápida absorção dos licenciados no mercado de trabalho registada até finais da década de 1960, acabando por traduzir-se em: (1) desemprego; (2) desajustamento entre as formações superiores e as tarefas executadas, designadamente do ponto de vista do seu menor valor (já que estas poderiam ser asseguradas por alguém que não dispusesse de tal nível de escolaridade); e, finalmente, (3) formas de precarização salarial e contratual.

O tema da desvalorização relativa das licenciaturas não é recente. Pelo contrário, já vinha há algumas décadas a ser realçado

³ O ODES chegou a publicar os resultados de um inquérito aplicado aos diplomados de todas as áreas de formação (ODES 2002).

⁴ Veja-se, a título de exemplo, as Universidades de Lisboa, Nova de Lisboa, de Aveiro, do Porto ou do Minho.

⁵ A preocupação com esta adequação e, deste modo, com a própria qualidade das formações, encontra-se bem patente numa série de perspectivas que acentuam o papel crucial que o investimento em educação e em «capital humano» adquirem na promoção do crescimento económico.

⁶ Cf. Reynaud (1993) e Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (1995, 21). A propósito da criação, em 1970, do Céreq, Vernières (1997, 9) refere que o objectivo desta instituição pública francesa consistia, precisamente, em «auxiliar na escolha de pontos criativos nas diversas regiões, de forma a evitar estabelecer uma escola às cegas e a escolher as especialidades mais adaptadas às exigências do sistema produtivo e, portanto, o mais desejável».

na própria análise sociológica. Em finais da década de 1970, Bourdieu (1979, 148), por exemplo, referia que «a comparação dos lugares que possuem em duas épocas diferentes os titulares de um mesmo diploma dá uma ideia aproximada da variação do valor dos diplomas no mercado de trabalho».⁷ Tal constatação veio a converter-se, num verdadeiro «lugar-comum» sociológico, sendo sublinhada por múltiplos autores. É o caso de Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (2001), que recorreram, uma vez mais, ao termo «inflação escolar» para caracterizar a actual relação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho; ou de Olivier Galland (1991), ao acentuar a ideia de que a posse de um diploma já não representa uma garantia de acesso a posições sociais e profissionais coerentes com o tipo de formação recebida.

A propalada tese da desvalorização dos diplomas não passou também ao largo da Sociologia portuguesa. Encontra-se há largos anos presente, em particular na Sociologia da Educação. A título de exemplo, destaque-se a observação de M. M. Vieira, proferida em meados dos anos 90: «Quando há acesso mais generalizado aos diplomas escolares a qualidade dos mesmos altera-se, porquanto a sua difusão alargada a categorias sociais até então excluídas faz com que os títulos só formalmente mantenham as mesmas propriedades que tinham antes de serem por elas apropriados.» (Vieira 1995, 349)

Ao nível das representações largamente difundidas, mas também no sistema político, esta situação favoreceu o surgimento de posições que sublinham a ideia de que a expansão do ensino superior teria sido excessiva, ou que as competências dos diplomados não se encontram ajustadas às necessidades a às solicitações do sistema de emprego (Teichler 1988). Teses que, embora muito frequentes e disseminadas, não são, porém, consensuais. Várias vezes se defende que as vantagens concorrenciais no mercado de trabalho resultantes da posse de títulos superiores continuam a ser efectivas, ou que a obtenção de qualificações superiores não tem de ser encarada, necessariamente, de um modo pragmático, isto é, perspectivada essencialmente segundo uma óptica de adequação às putativas «necessidades do mercado».

O certo é que, a partir da década de 1990, a questão do emprego dos diplomados do ensino superior encontrava-se já convertida num

⁷ Todas as citações de textos em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

«novo problema social», tornando-se «uma preocupação central dos governos e das sociedades, passando [...] a ser um critério utilizado correntemente para avaliar a própria qualidade deste tipo de ensino. É neste quadro que Trottier, Perron e Diambomba (1995) consideram que se assiste a uma passagem do valor intrínseco do diploma para o seu valor de utilização na vida activa, na medida em que a atenção pública (e governamental) passa a assentar na pertinência da formação no ensino superior para a inserção profissional dos diplomados, tendo em conta as qualificações exigidas pelo contexto de mudança profissional e organizacional» que ocorre no momento presente (Alves 2003, 107).

Não obstante as referidas especificidades, a «questão dos diplomados» partilha elementos em comum com a problemática da inserção profissional dos jovens. Acrescentamos, aliás, que se adoptássemos um enfoque geral, ela tenderia, inclusive, a diluir-se no pano de fundo das dificuldades de inserção que, segundo múltiplos autores, alastrou à globalidade da população juvenil a partir do final da década de 1970, início da década de 1980.

A tese mais difundida sustenta que essas dificuldades constituem um dos efeitos visíveis da interrupção de um período de expansão e de pleno emprego iniciado no pós-guerra, sendo provocadas, sobretudo, pela automatização da produção industrial e pelo reforço da concorrência internacional. Estas últimas teriam conduzido já não simplesmente a uma crise do emprego mas de todo o sistema de regulação económica: «Com efeito, num primeiro momento, no período dos ‘trinta gloriosos’, acumula-se expansão e pleno emprego, graças a mecanismos de regulação socioeconómicos que, num círculo virtuoso, associam crescimento, criação de emprego e estagnação do desemprego [...]. É [...] a desregulação deste círculo virtuoso [...] que ameaça e interpela. [...] as carências do sistema de produção remetem-nos menos para simples disfuncionamentos do que para uma crise global de regulação económica» (Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger 1995, 9).⁸

⁸ Estas transformações do emprego e do próprio trabalho são, por exemplo, sintetizadas por Dubar (2000, 103), ao afirmar que «a antiga sociedade salarial, industrial, manual, conflitual e baseada no negócio deu lugar a uma nova [sociedade] terciária, informatizada, mais conflitual mas menos regulada». Segundo o mesmo autor, apoiando-se neste caso em Schumpeter, estes aspectos não poderiam ser desvinculados dos próprios fundamentos do capitalismo: «A destruição criativa

Ter-se-ia, em suma, entrado numa «fase negativa» da inserção profissional da globalidade dos jovens, resultante da interrupção do período de crescimento económico registado nas três décadas do pós-guerra,⁹ a que se viria adicionar um conjunto de transformações mais recentes associadas à emergência do «novo capitalismo», apropriadamente definido por R. Sennett (2001 [1998]) como o capitalismo da «reinvenção descontínua», da «deslocalização flexível da produção» e da «concentração de poder sem centralização».¹⁰

Embora atingindo a generalidade dos indivíduos, estas transformações afectariam os jovens em maior escala, dada a sua vulnerabilidade relativa no quadro global da população activa. Esta é pelo menos a constatação imediata que transparece ao analisarem-se as taxas de desemprego juvenil registadas em diversos países; constatação, de resto, reforçada, quando se observa que, derivando as referidas taxas da relação entre o número de jovens desempregados e o número de jovens activos, elas tendem a descurar a importância do aumento da duração média da escolaridade, eliminando deste modo da equação um número muito considerável de jovens que, de outro modo, seriam contabilizados como «activos-desempregados».

Se, de um modo geral, não temos dificuldade em subscrever a tese que pressupõe o agravamento da precariedade e do desemprego juvenil ao longo das últimas décadas, cremos, no entanto, que ela comporta dois riscos analíticos que resultam, precisamente, dos termos generalistas em que, regra geral, é avançada.

Um primeiro é o de poder obscurecer profundas diferenças e desigualdades que se verificam entre os jovens em qualquer dos períodos mencionados – antes, durante e depois do imediato

é, segundo ele, um processo que consiste, para o capital e os seus detentores, em destruir e modificar as formas antigas de produção, substituindo-as por formas mais ‘inovadoras’, isto é, tecnicamente mais eficazes e financeiramente mais rentáveis.» (Dubar 2000, 96-97)

⁹ Como referem Charlot e Glasman (1998), ao contrário dos anos 60 e 70, em que a dificuldade de inserção se encontrava sobretudo ligada à mobilidade social (ao propósito de encontrar o «melhor lugar no mercado»), a partir dos anos 70 a questão é bem diferente: «Não há lugar para todos, e mesmo os jovens detentores de um diploma de ensino profissional ou de ensino superior arriscam-se a parecer peças excedentárias.» Consultar igualmente Castel (1995).

¹⁰ Além de Sennett, veja-se a propósito do novo capitalismo e do modo como as mutações que o caracterizam se têm traduzido na transformação do próprio «mundo do trabalho», as obras de Castel (1995), Castells (1998), Boltanski e Chiapello (1999), Beck (2000 [1999]), Dubar (2000), para só referir, naturalmente, algumas das referências incontornáveis nesta matéria.

pós-guerra; disparidades que se tornam patentes entre países, em termos regionais, no confronto entre sectores de actividade, e entre jovens com diferentes recursos. É evidente, por exemplo, que os não licenciados, e sobretudo as populações que abandonam o sistema escolar precocemente sem disporem de qualquer qualificação, têm sido confrontados com um cenário de precariedade e desemprego superior ao que se observa entre os diplomados do ensino superior. Donde, dificilmente podemos aceitar análises sobre esta matéria que, ao caracterizarem a evolução do cenário de inserção profissional dos jovens, se limitem a enfatizar a sua constante degradação ao longo do tempo, omitindo um conjunto múltiplo de variáveis que colidem e introduzem diferenciações significativas nessa tendência geral.

Em segundo lugar, a mesma tese poderá conduzir a equívocos se não for devidamente acompanhada de uma consistente abordagem diacrónica. Diversas sociedades europeias – de entre as quais Portugal constitui um exemplo flagrante –, possuíam no período anterior à década de 1950 (e, em alguns casos, mesmo posteriormente) características de sociedades pré-salariais, marcadas que estavam pela elevada percentagem da população (também juvenil) inscrita no sector agrícola, que não terá conhecido um acesso fácil ao salariedade (com a excepção, regionalmente específica, claro, do ingresso na categoria do pauperizado assalariado agrícola). Para certos segmentos rurais da população, o problema da inserção profissional nem sequer se colocava, dado este implicar o ingresso no mercado de trabalho e a dissociação entre diferentes espaços institucionais (nomeadamente entre espaços de vivência familiar, de educação e de trabalho).¹¹ Tal situação dificilmente se aplicava tanto ao campesinato como a uma larguíssima fatia da população feminina. Vários observadores, designadamente Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (2001, 52), já nos haviam chamado a atenção para estes aspectos.

¹¹ Na verdade, a problemática da integração da população no quadro da actividade produtiva, que se encontra na génese da própria noção de inserção profissional, reforça-se sob a égide dos processos de urbanização e industrialização, mais concretamente, no quadro da progressiva dissociação entre o espaço doméstico, educativo e laboral que se começa a estender, gradualmente, à grande maioria da população ao longo do século XIX. Como refere M. G. Alves (2003, 137), «esta dissociação de espaços da existência [...] significa que os espaços de formação, vida e trabalho deixam de se confundir e que a reprodução da força de trabalho deixa de se operar no quadro da pequena unidade familiar».